

## **ELEMENTOS RELEVANTES NA DEFINIÇÃO E ANÁLISE DE POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO: UM ESTUDO EM UM GOVERNO SUBNACIONAL NO BRASIL**

Magnus Luiz Emmendoerfer, Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp, Cynthia Oliveira de Souza

Pos-doutor em Ciências da Administração (Concentração em Administração Pública) na Universidade do Minho e em Turismo na Universidade do Algarve, Portugal. Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG. Administrador e Mestre em Administração pela UFSC. Professor e Pesquisador no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Vicosa (UFV) com atuação no Programa de Pós-graduação em Administração com concentração em Pública, onde é o atual Coordenador (2016-2019). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) - CNPq desde 2017. Foi Coordenador do Curso Lato Sensu em Gestão Pública Municipal, modalidade EaD, do PNAP-UAB (2013-2014). Foi co-gestor do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais (SEC/MG) e a UFV na avaliação do Programa Minas Territórios da Cultura (2013-2014). Membro do Conselho de Política Editorial de periódicos científicos internacionais indexados como a Revista Administração Pública e Gestão Social - APGS (CAPES/Qualis B1) na qual foi Editor-Chefe (2012-2014). Líder do Grupo Extensionista de Pesquisa/CNPq em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos. Membro efetivo nos Grupos de Pesquisa: COGITO - Conhecimento, Organização e Turismo. Membro de organizações científicas como ANPAD, ANGRAD, SBAP - Sociedade Brasileira de Administração Pública, ANPTUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo, RGS - Rede de Pesquisadores em Gestão Social e REDETEG - Rede Iberoamericana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança. Foi Bolsista de Excelência de Qualidade em Pesquisa da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE (2011-2013). Foi Membro do Comitê de Assessoramento e Líder de Tema em Casos para o Ensino da Divisão Acadêmica de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Administração - ANPAD (2013-2014). Avaliador Ad hoc do SINAES/INEP/MEC, CAPES, FAPEMIG e FUNARBE.

Este trabalho busca inserir o debate do Federalismo e da atuação dos governos em relação na agenda e nos estudos que tratam o turismo como instrumento de desenvolvimento. Neste sentido, o escopo deste artigo é analisar a política pública de turismo planejada por um governo subnacional em um estado federativo como o Brasil. Busca-se com este norteamento, conhecer os objetivos e as formas de atuação de governo subnacional em um estado federativo para a promoção de desenvolvimento turístico em níveis local e regional por meio de políticas públicas. Em termos metodológicos, a análise foi documental cujos dados coletados foram cotejados a luz da literatura especializada em Políticas Públicas de Turismo e Desenvolvimento Turístico. Como resultados, identificou-se as prioridades e as questões consideradas como elementos relevantes em uma política pública de turismo a partir de um referencial analítico composto de objetivos e de formas de atuação governamental. Por fim, os elementos analisados a partir de evidências empíricas indicadas nos documentos públicos possibilitam compreender a intencionalidade e a abrangência de uma política pública de turismo, em outros entes governamentais, para além do federal, o que pode possibilitar o desenvolvimento local e regional. Além disso, este trabalho visa incitar e ampliar as pesquisas sobre políticas públicas de turismo, sob uma abordagem multidisciplinar, agregando a questão do federalismo, tema valioso nos estudos em administração pública, direito e ciência política.

Palavras-chave: Desenvolvimento Turístico; Federalismo; Gestão Pública do Turismo.

Referências: Airey, D. (2015). Developments in understanding tourism policy. *Tourism Review*, 70(4), 246-258. ARAÚJO, C. M. (2016). Novos Rumos para o Turismo do Estado de São Paulo: do Projeto de Lei Complementar 32/2012 à Aprovação da Lei Complementar N. 32/2015. *Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET*, 6(1), 58-71. Recuperado de: <https://abet.ufjf.emnuvens.com.br/abet/article/view/2919> Bezerra, D. M. (2003). Programa Nacional de Municipalização do Turismo: Análise de uma Política Pública em Desenvolvimento. Em M. Bahl, *Turismo: Enfoques Teóricos e Práticos* (pp. 35-45). São Paulo: Roca. Emmendoerfer, M. L., Tomazzoni, E. L., & Pimentel, T. (2014). Introdução. Em T. D. Pimentel, M. L. Emmendoerfer, & E. Tomazzoni, *Gestão pública do turismo no Brasil: Teorias, Metodologias e Aplicações* (pp. 6-9). Caxias do Sul: EDUCS. Fayos-Solá, E., Alvarez, M. D., & Cooper, C. (2014). *Tourism as an instrument for development*. Emerald Group Publishing. FINO, P (2009). *Estância Turística de Salto - SP: Turismo por Decreto* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Araraquara - UNIARA, São Paulo, SP, Brasil. Hall, C. (2004). *Planejamento turístico* (2ª ed.). São Paulo: Contexto. Henz, A. P. & Anjos, F. A. (2014, setembro). A construção de políticas de turismo no Brasil: abordagens sobre Estado, governo, políticas públicas e descentralização. *Anais do Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, Fortaleza, CE, Brasil, 11. Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015 (2015). Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico e dá providências correlatas. Recuperado de: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>. Lopes, A. O., Tinôco, D. S., & Souza, L. M. (2011). Avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. *Turismo em análise*, 22(3), 614-631. DOI: <10.11606/issn.1984-4867.v22i3p614-631> Ruschmann, D. (2010). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente* (16ª ed.). Campinas: Papyrus. SÃO PAULO (estado). (2017). Secretaria de Turismo do Governo do Estado de São Paulo. Recuperado de: <http://turismo.sp.gov.br/>. Scott, N. (2011). *Tourism policy: a strategic review*. Oxford: Goodfellow.

Secchi, L. (2013). Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning. Wallingre, N. (2009). La definición de productos en los destinos turísticos. Em N. Wallinger, & A. Villar, Desarrollo y gestión de destinos turísticos (pp. 183-203). Bernal: Universidad Nacional de Quilmes. Young, E. A. (2015). Federalism as a constitutional principle. Forthcoming: University of Cincinnati Law Review.